



# TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS

UMA ANÁLISE DOS CENSOS  
DEMOGRÁFICOS E DA  
CONTAGEM DA POPULAÇÃO 1996

volume 28

Distrito Federal

Presidente da República  
**Fernando Henrique Cardoso**

Ministro de Estado do Planejamento e Orçamento  
**Paulo de Tarso Almeida Paiva**

## **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Presidente  
**Simon Schwartzman**

Diretor de Planejamento e Coordenação  
**Nuno Duarte da Costa Bittencourt**

### **ÓRGÃOS TÉCNICOS SETORIAIS**

Diretoria de Pesquisas  
**Lenildo Fernandes Silva**

Diretoria de Geociências  
**Trento Natali Filho**

Diretoria de Informática  
**Paulo Roberto Ribeiro da Cunha**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações  
**David Wu Tai**

### **UNIDADE RESPONSÁVEL**

Diretoria de Pesquisas

Departamento de População e Indicadores Sociais  
**Luiz Antonio Pinto de Oliveira**

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO  
**INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**  
DIRETORIA DE PESQUISAS  
DEPARTAMENTO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS

# **Tendências Demográficas**

Uma análise dos Censos Demográficos  
e da Contagem da População 1996

volume 28

Distrito Federal

**Tendências demográficas :**

0127/99



IBGE - SET

Rio de Janeiro  
1999

# **INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE**

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)  
ISBN 85-240-0683-8 volume 28 Distrito Federal

© IBGE, 1999

## **Projeto Editorial**

Divisão de Editoração-DIEDI/Departamento de Editoração e Gráfica-DEDIT/CDDI

## **Estruturação**

Carmen Heloisa Pessoa Costa  
Elizabeth Santos da Fontoura  
Neuza Maria de O. G. Damásio  
Sonia Gonçalves da Rocha

## **Copidesque e Revisão**

Anna Maria dos Santos  
Cristina Ramos Carlos de Carvalho  
Iaracy Prazeres Gomes  
Kátia Domingos Vieira  
Maria de Lourdes Amorim

## **Projeto Gráfico e Diagramação**

Sebastião Monsorez  
Maria da Graça Fernandes de Lima

## **Normalização das Fontes Bibliográficas**

Divisão de Documentação - DIDOC/CDDI  
Aparecida Tereza Rodrigues Cerqueira

## **Impressão**

Centro de Documentação e Disseminação de Informações - CDDI/IBGE, em meio digital em 1999.

## **Capa**

Divisão de Criação - DIVIC/CDDI  
Maria José Salles Monteiro

Tendências demográficas - uma análise dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996 / IBGE, Departamento de População e Indicadores Sociais, - Rio de Janeiro: IBGE, 1999

28v

Os volumes estão apresentados por Brasil, Distrito Federal e Unidades da Federação.

ISBN 85-240-0684-6 (obra completa)

1. Brasil - População - Estatística. I. IBGE  
Departamento de População e  
Indicadores Sociais

IBGE CDDI, Div. de Biblioteca e Arquivos Especiais CDU 312(81)  
RJ/IBGE/98-09 EST

Impresso no Brasil/Printed in Brasil

# Equipe Técnica

---

Este trabalho foi desenvolvido na Divisão de Estudos e Análises Demográficas - DIEAD -, pela Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População - ANEP/DIEAD.

## **Divisão de Estudos e Análises Demográficas**

Juarez de Castro Oliveira

### **Gerência de Análises Estruturais e Espaciais da População**

Nilza de Oliveira Martins Pereira (Coordenação Técnica)

Cláudia Bahia de Araujo, Jorge da Silva,  
Leila Regina Ervatti, Kelly Cristina Fernandes Maluf,  
Mário Fernandes Filho e Ivan Ribeiro da Fonseca

### **Apoio Computacional**

Paulo Roberto V. Rudolphí, Edgard de Toledo S. Campos,  
Marcos Ribeiro de Mattos e João Raposo Belchior

### **Apoio Administrativo**

Elizabeth Costa Bezerra

## **Agradecimentos**

Ari Nascimento Silva (assessoria na utilização do Software REDATAM, Recuperação de Dados de Áreas Menores, na geração de algumas tabulações)

Celso das Mercês Pereira (colaboração nos textos)

# Apresentação

---

Esta publicação tem como objetivo colocar ao alcance dos usuários em geral, uma síntese de indicadores básicos demográficos e socioeconômicos da população dos estados brasileiros, utilizando informações dos Censos Demográficos e da Contagem da População 1996. Os resultados são apresentados em forma de tabelas, gráficos e mapas municipais georreferenciados.

Os temas abordados englobam a Evolução da População no Distrito Federal, Estrutura por Sexo e Idade, Nupcialidade, Migrações Internas, Raça ou Cor, Religião, Deficiência Física ou Mental, Níveis de Escolaridade, Família, Domicílio e Características Econômicas.

Rio de Janeiro, RJ, fevereiro de 1999

**Maria Martha Malard Mayer**  
Diretora de Pesquisas

# Sumário

---

## **Características demográficas e socioeconômicas da população**

### **Características demográficas**

Evolução da população total no Distrito Federal .....	9
Estrutura por sexo e idade .....	15
Nupcialidade .....	21
Migrações internas .....	24

### **Características sociais e econômicas**

Raça ou cor .....	26
Religião .....	29
Deficiência física ou mental .....	31
Nível de escolaridade .....	34
Família .....	35
Domicílio .....	38
Características econômicas .....	41

# **Características demográficas e socioeconômicas da população**

---

## **Características demográficas**

### **Evolução da população total no Distrito Federal**

O Distrito Federal atingiu em 1<sup>o</sup> de agosto, segundo os resultados da Contagem da População 1996, um total de 1 821 946 habitantes. Este contingente populacional cresceu a um ritmo de 2,66% ao ano, o menor observado nos últimos censos. Com a intensificação do declínio da fecundidade, ocorrido de forma generalizada no Brasil, principalmente a partir da década de 80, o ritmo de crescimento populacional vem desacelerando.

As informações provenientes da Contagem da População 1996 mostraram que a população cresceu, em termos absolutos, 220 852 habitantes, correspondendo a um acréscimo de 13,79% em relação à população de 1991.

O grau de urbanização no Distrito Federal vem decrescendo desde a década de 80, e, no quinquênio 1991-1996, esta tendência foi confirmada com um decréscimo no indicador da ordem de 1,90%.

**Tabela 1**  
**População nas datas dos recenseamentos gerais e taxa média geométrica de crescimento anual - 1960/1996**

Data dos recenseamentos gerais	População residente	Taxa média geométrica de crescimento anual (%)
<b>Total</b>		
1 <sup>o</sup> de setembro de 1960	140 164	
1 <sup>o</sup> de setembro de 1970	537 492	14,39
1 <sup>o</sup> de setembro de 1980	1 176 935	8,15
1 <sup>o</sup> de setembro de 1991	1 601 094	2,84
1 <sup>o</sup> de agosto de 1996	1 821 946	2,66
<b>Urbana</b>		
1 <sup>o</sup> de setembro de 1960	88 334	
1 <sup>o</sup> de setembro de 1970	516 082	19,31
1 <sup>o</sup> de setembro de 1980	1 139 031	8,24
1 <sup>o</sup> de setembro de 1991	1 515 889	2,63
1 <sup>o</sup> de agosto de 1996	1 692 248	2,26
<b>Rural</b>		
1 <sup>o</sup> de setembro de 1960	51 830	
1 <sup>o</sup> de setembro de 1970	21 410	(-) 8,46
1 <sup>o</sup> de setembro de 1980	37 904	5,88
1 <sup>o</sup> de setembro de 1991	85 205	7,64
1 <sup>o</sup> de agosto de 1996	129 698	8,92

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

**Tabela 2**  
**Crescimento absoluto e relativo da população residente, segundo a situação do domicílio e sexo - 1980/1996**

Situação do domicílio e sexo	Crescimento da população residente			
	Absoluto		Relativo (%)	
	1980/1991	1991/1996	1980/1991	1991/1996
<b>Total</b>	<b>424 159</b>	<b>220 852</b>	<b>36,04</b>	<b>13,79</b>
Homens	194 826	105 364	33,96	13,71
Mulheres	229 333	115 488	38,02	13,87
<b>Urbana</b>	<b>376 858</b>	<b>176 359</b>	<b>33,09</b>	<b>11,63</b>
Homens	169 743	82 928	30,67	11,47
Mulheres	207 115	93 431	35,37	11,79
<b>Rural</b>	<b>47 301</b>	<b>44 493</b>	<b>124,79</b>	<b>52,22</b>
Homens	25 083	22 436	123,62	49,45
Mulheres	22 218	22 057	126,15	55,38

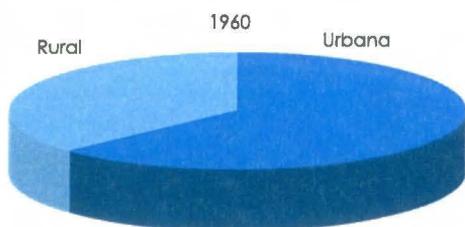
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

**Tabela 3**  
**Grau de urbanização - 1960/1996**

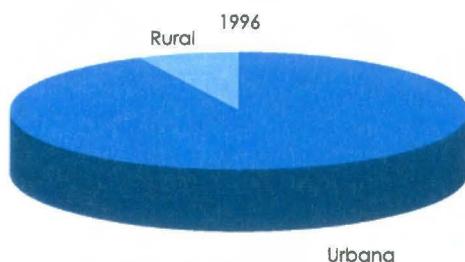
Grau de urbanização (%)	1960	1970	1980	1991	1996
	63,02	96,02	96,78	94,68	92,88

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

### Grau de urbanização - 1960/1996



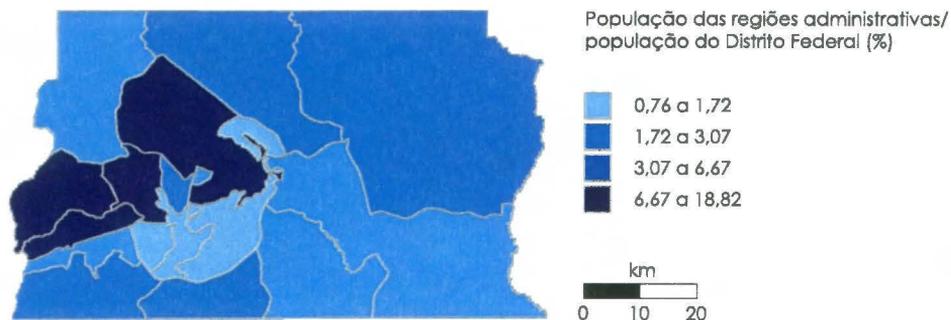
Fonte: Censo demográfico 1960.  
Rio de Janeiro: IBGE, 1966.



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados.

O Distrito Federal ocupa a vigésima primeira posição no ranking nacional, concentrando 1,16% da população total do País. Dentro do ranking regional, o Distrito Federal vem ocupando a última posição, mantendo praticamente a mesma participação (17,35%) que a do Censo Demográfico 1991 (16,98%).

### Participação da população das regiões administrativas no total do distrito - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

O ritmo de crescimento da Região Administrativa de Brasília, da ordem de (-)1,04% revelou um decréscimo populacional de 10 657 habitantes, em relação ao Censo Demográfico 1991, enquanto as demais regiões, juntas, cresceram a uma taxa de crescimento anual de 3,19%, superior a do Distrito Federal como um todo (2,66%).

A densidade demográfica cresceu 13,80%, passando de 275,00 hab/km<sup>2</sup>, em 1991, para 312,94 hab/km<sup>2</sup> em 1996.

**Tabela 4**  
**População residente, crescimento relativo, participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996**

Distrito Federal e regiões administrativas	População residente		Crescimento relativo (%) 1991/1996	Participação relativa		Taxa média geométrica de crescimento anual (%) 1991/1996
	1991	1996		1991	1996	
<b>Distrito Federal</b>	<b>1 601 094</b>	<b>1 821 946</b>	<b>13,79</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>2,66</b>
Região Administrativa de Brasília	213 083	202 426	-5,00	13,31	11,11	(-) 1,04
Demais regiões administrativas	1 388 011	1 619 520	16,68	86,69	88,89	3,19

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Nota: Para efeito de comparação as informações de 1991 foram compatibilizadas segundo a malha territorial de 1996.

O conjunto das dez regiões administrativas mais populosas do Distrito Federal, em 1996, reunia 1,5 milhão de pessoas que correspondiam a 82,85% da população total distrital. A Região Administrativa de Ceilândia foi a mais populosa, concentrando 18,82% do efetivo populacional do Distrito Federal, ou seja 342 885 pessoas, cabendo as demais regiões, cuja população esta compreendida entre 56 mil e 221 mil habitantes, o equivalente a 64,03%.

Das dez regiões administrativas que apresentaram as maiores taxas de crescimento populacional do Distrito Federal, nos últimos 5 anos, observou-se que o maior percentual foi encontrado na Região Administrativa de Recanto das Emas com 89,35% e a menor na Região Administrativa de Brazlândia com 3,07%. A menor taxa de crescimento do Distrito Federal, no período 1991-1996, (-2,39%) foi encontrada na Região Administrativa de Gama.

**Tabela 5**  
**Regiões administrativas mais populosas e regiões administrativas com maiores taxas médias geométricas de crescimento anual - 1991/1996**

Regiões administrativas mais populosas	População residente	Regiões administrativas com maiores taxas	Taxa (%) 1991/1996
Ceilândia	342 885	Recanto das Emas	89,35
Taguatinga	221 254	Santa Maria	45,03
Brasília	202 426	Riacho Fundo	30,96
Samambaia	157 341	São Sebastião	20,90
Gama	121 601	Planaltina	5,34
Planaltina	116 452	Sobradinho	4,48
Guará	102 709	Samambaia	4,38
Sobradinho	101 136	Paranoá	3,89
Santa Maria	87 706	Lago Norte	3,53
Cruzeiro	56 008	Brazlândia	3,07

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

Nota: Para efeito de comparação as informações de 1991 foram compatibilizadas segundo a malha territorial de 1996.

A proporção de regiões administrativas que apresentaram uma taxa de crescimento acima de 2,5% ao ano no período 1991-1996, atingiu 52,00% do total do Distrito Federal. O destaque ficou com as regiões consideradas de médio porte (mais de 10 000 a 50 000 habitantes), os quais, dentre as que cresceram a este ritmo, chegaram a 50,00% do total do grupo. As demais ficaram distribuídas entre as que tinham até 10 000 habitantes (10,53%), mais de 50 000 a 100 000 habitantes (10,53%) e mais de 100 000 a 500 000 habitantes, com 5,26%.

O Distrito Federal foi contemplado com sete novas regiões administrativas nestes últimos 5 anos, contabilizando um total de 19 regiões administrativas, em 1996.

### Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

### Estrutura por sexo e idade

No Distrito Federal, a Contagem da População 1996 indicou um excedente de 74 118 mulheres, em relação ao número total homens, o que resultou em uma razão de sexo de 92,18%. Cenários opostos podem ser observados ao se analisar o indicador, segundo as situações de residência urbana e rural. Enquanto na área urbana registrou-se um número médio de 91 homens para cada 100 mulheres, no contexto rural, essa relação se inverte, ao ser revelada a existência de 109 homens para cada grupo de 100 mulheres.

**Tabela 6**  
**Razões de sexo, por situação do domicílio - 1960/1996**

Anos	Razões de sexo (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	164,65	209,57	112,17
1970	101,23	100,51	120,24
1980	95,11	94,51	115,20
1991	92,31	91,23	113,92
1996	92,18	90,97	109,57

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Até o início dos anos 80 a estrutura etária da população brasileira, dada pelos Censos Demográficos, vinha mostrando traços marcantes de uma população predominantemente jovem, fruto da persistência dos altos níveis da fecundidade no País. Muito embora a fecundidade tenha experimentado declínios paulatinos, desde meados da década de 60, momento em que se introduziu no Brasil os métodos anticonceptivos orais, a base da pirâmide etária da população manteve-se alargada até 1980, como resultado do elevado número de mulheres em idade fértil ainda procriando<sup>1</sup>.

**Tabela 7**  
**Taxa de fecundade total - 1960/1991**

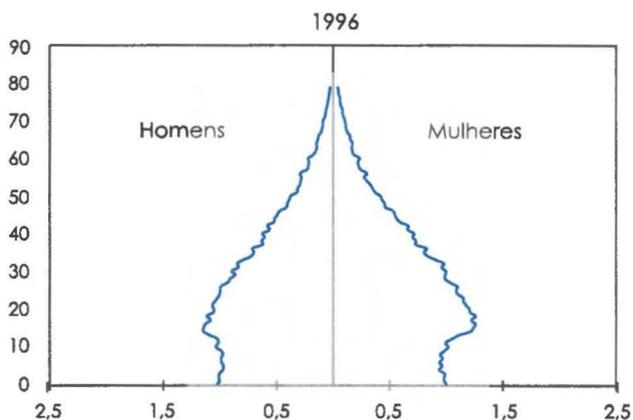
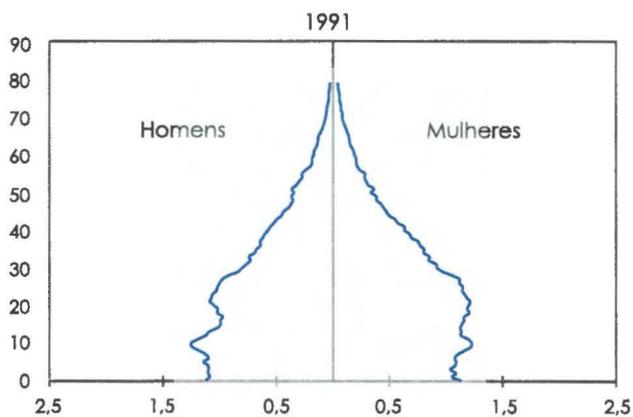
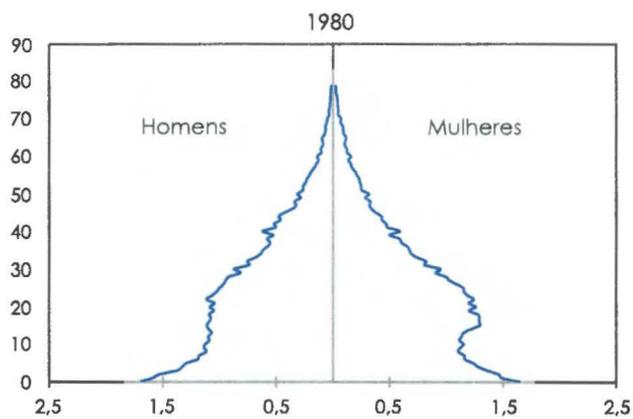
Anos censitários	Taxa de fecundidade total	Anos censitários	Taxa de fecundidade total
1960	6,85	1980	3,62
1970	5,56	1991	2,36

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

A pronunciada entrada na base da pirâmide etária de 1991 reflete a queda da fecundidade ocorrida na década. Entretanto, a composição etária revelada para o Distrito Federal, apresentou características de uma população ainda jovem, porém com tendências ao envelhecimento, como pode ser observado pelo deslocamento populacional das *coortes* intermediárias. Neste sentido, os resultados da Contagem da População 1996 acentuaram o estreitamento na base da pirâmide etária, intensificando o processo de redução do peso relativo do contingente de jovens na população total.

<sup>1</sup> As estimativas de fecundidade foram obtidas utilizando-se as informações sobre o número de filhos vivos até a data do Censo (fecundidade acumulada) e do número de filhos nascidos vivos nos 12 meses anteriores a mesma data (fecundidade recente).

### Composição etária da população total, por idade individual



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991,  
Contagem da População 1996, microdados.

As alterações observadas na estrutura etária foram importantes e, ocorreram em grande parte, a partir da última década. O declínio generalizado da fecundidade no País, conjugado à redução da mortalidade, contribuiu de forma decisiva para que as mudanças processadas na composição por idade da população fossem observadas, particularmente quando se recorta a população segundo as situações de residência urbana e rural. Tais alterações caracterizaram fundamentalmente o início do processo de envelhecimento da população brasileira.

**Tabela 8**  
**Distribuição etária dos grandes grupos populacionais - 1960/1996**

Grandes grupos populacionais	Distribuição (%)				
	1960	1970	1980	1991	1996
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
0 a 14 anos	31,41	42,39	37,82	33,88	30,41
15 a 64 anos	68,03	56,43	60,54	63,69	66,76
65 anos ou mais	0,56	1,18	1,64	2,43	2,83

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

A relação entre a população que, em termos etários, pertenceria à condição de inativa (grupos 0 a 14 e 65 anos ou mais de idade) e o contingente potencialmente ativo (15 a 64 anos de idade), permite estabelecer o indicador razão de dependência que denota, em linhas gerais, o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento populacional que, em princípio, poderia estar exercendo alguma atividade produtiva.

Assim, a Contagem da População 1996 revelou, para o total do Distrito Federal, uma relação de 50 jovens e idosos para cada 100 pessoas potencialmente ativas. A partir destes resultados pode-se constatar o impacto do processo de estreitamento na base da pirâmide etária, principal fator responsável pela diminuição da razão de dependência, no transcurso desses 5 anos. As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às áreas urbana e rural, em 1996, são significativas. Enquanto o peso dos jovens (0 a 14 anos) e idosos (65 anos ou mais) sobre a população com idades entre 15 e 64 anos, residente no contexto urbano do Distrito Federal, correspondia a 48,99%, nas áreas rurais este indicador alcançou 61,03%.

A parcela de jovens (30,41%) ainda influencia o cálculo convencional da razão de dependência, enquanto que a contribuição dos idosos (2,83%) é pequena.

**Tabela 9**  
**Razão de dependência, por situação do domicílio - 1960/1996**

Anos	Razão de dependência (%)		
	Total	Urbana	Rural
1960	47,00	32,01	82,17
1970	77,22	76,58	94,19
1980	65,18	64,35	94,51
1991	57,01	56,26	71,60
1996	49,79	48,99	61,03

Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados; Censo demográfico 1960-1970. Rio de Janeiro: IBGE, 1966-1973.

Em 1991, a idade de 21,3 anos dividia a população em dois blocos de 50% cada. Já em 1996 a idade mediana chegou a 22,5 anos. No que tange aos diferenciais entre sexos, a idade mediana calculada para os homens atingiu 22,0 anos, enquanto que a referente às mulheres posicionou-se nos 23,0 anos de idade.

**Tabela 10**  
**Idade mediana da população residente, por sexo - 1980/1996**

Anos censitários	Idade mediana		
	Total	Homens	Mulheres
1980	19,2	19,0	19,4
1991	21,3	20,9	21,7
1996	22,5	22,0	23,0

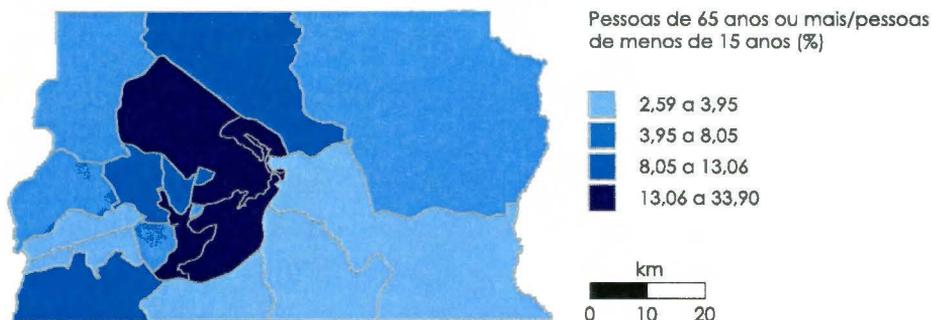
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

Um importante indicador que está relacionado à estrutura etária de uma população é aquele que relaciona a população idosa com o contingente de crianças. Trata-se de uma derivação do índice de envelhecimento populacional que se presta a significativos estudos comparativos. O entendimento desse índice se traduz pelo fato de que quanto maior sua magnitude, mais elevada é a proporção de idosos (65 anos ou mais), em relação à proporção de crianças (menos de 15 anos).

As estimativas atualmente disponíveis sugerem que esse índice deverá continuar crescendo no Distrito Federal, a partir da diminuição da proporção de população jovem. Os níveis mais elevados são encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste. Quando se estabelecem comparações regionais percebe-se, inicialmente, que o índice se eleva em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e simultaneamente, o aumento consistente da esperança média de vida.

Em 1960, existia aproximadamente 2 idosos para cada 100 crianças. Em 1996, para cada 9 pessoas com 65 anos de idade ou mais, existiam 100 pessoas menores de 15 anos de idade, o que demonstra um expressivo aumento no valor desse indicador de envelhecimento.

## Índice de envelhecimento - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Nupcialidade

A composição da população de 15 anos ou mais por estado conjugal no Distrito Federal se caracteriza pela proporção de 53,63% de pessoas casadas e, 36,49% de solteiros, que ao longo dos censos vem apresentando declínio na sua participação. No período 1980-1991, a participação de separados, desquitados e divorciados revelou crescimento.

Tais transformações ocorreram indistintamente, tanto na área urbana quanto na rural. Apenas os níveis variaram de acordo com os estratos, de forma que nas áreas urbanas encontraram-se proporções mais elevadas de pessoas solteiras, separadas, desquitadas, divorciadas e de viúvos, isto é, de pessoas que não estariam, por ocasião do Censo Demográfico 1991, vivendo em união. Já na área rural predominavam os casados.

A exemplo do que vem ocorrendo em algumas regiões do mundo, os tipos de união também sofreram alterações substanciais. Em 1980, no Distrito Federal, prevaleciam as uniões realizadas no *civil e religioso*, seguido das *uniões somente no civil*, enquanto que as uniões realizadas *somente no religioso* eram menos freqüentes. Em 1991, a proporção de uniões realizadas no *civil e religioso* tiveram um declínio de 14,32%, e a proporção de *uniões consensuais* apresentou um aumento de 66,19%.

**Tabela 11**  
**Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo,**  
**segundo o estado conjugal - 1980/1991**

Estado conjugal	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Solteiros	38,67	36,49	40,10	37,95	37,35	35,20
Casados	54,43	53,63	56,96	57,27	52,10	50,43
Separados	2,67	4,42	1,45	2,70	3,80	5,92
Desquitados	0,87	1,42	0,56	0,82	1,15	1,95
Divorciados	0,10	0,61	0,06	0,31	0,14	0,87
Viúvos	3,26	3,44	0,87	0,94	5,46	5,64

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

**Tabela 12**  
**Proporção de pessoas de 15 anos ou mais de idade, casadas,**  
**por situação do domicílio, segundo o tipo de união - 1980/1991**

Tipo de união	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Civil e religiosa	61,68	52,85	62,19	53,67	46,29	39,33
Somente civil	19,27	20,20	19,18	20,09	22,27	22,08
Somente religiosa	5,89	5,08	5,59	4,82	14,85	9,26
União consensual	13,16	21,87	13,05	21,42	16,59	29,33

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Acompanhando o comportamento do total do Distrito Federal, o crescimento das *uniões consensuais* foi significativo tanto na área urbana quanto na área rural, em relação ao censo passado.

A distribuição da proporção de solteiros em uma população fornece importantes indicadores da nupcialidade. As proporções nos grupos de 20 a 24 anos e 40 a 44 anos indicam, respectivamente, a idade média à primeira união e a prevalência do celibato. Para efeito de comparabilidade com o Censo Demográfico 1970 e Censo Demográfico 1980 estimou-se a idade média ao casar das pessoas de 15 anos ou mais através dessa proporção, e como resultado observou-se que a idade média calculada para 1991 manteve-se no mesmo patamar daquela observada no Censo Demográfico 1980.

Com a introdução de novo quesito no Censo Demográfico 1991 (*mês e ano em que contraiu a primeira união*), tornou-se possível a obtenção da estimativa direta da idade média ao contrair a primeira união, que envolveu, para efeito de cálculo, as pessoas de 10 anos ou mais, diferindo da estimativa anteriormente utilizada (obtida através da proporção de solteiros), que considerou a população de 15 anos ou mais, tendo em vista a comparabilidade com as informações resultantes dos demais censos. Portanto, a idade média, obtida de forma direta, para o total foi 23,57 anos, para os homens 25,36 anos e para as mulheres 21,81 anos. A idade média das mulheres ao casar é relativamente baixa quando comparada com a dos homens. Assim, observa-se que os homens casam com quatro anos a mais que as mulheres.

No Censo Demográfico 1991, foi introduzido um outro quesito que possibilitou a obtenção de importantes indicadores da nupcialidade: *Mês e ano que passou a viver com cônjuge atual ou mês e ano em que passou a viver a situação indicada*.

No tocante ao número de uniões conjugais, 95,94% das pessoas de 10 anos ou mais teriam contraído apenas uma união, sendo que os homens apresentaram maior incidência de duas ou mais uniões em relação às mulheres. A maior frequência de mais de uma união é uma característica rural.

## Migrações internas

No Distrito Federal vê-se o declínio na proporção de migrantes, da ordem de 14,11% no período 1980-1991. Tal comportamento se repete na área urbana, entretanto no contexto rural esta mesma proporção aumentou no período 1980-1991. A área urbana do Distrito Federal detinha a maior proporção de migrantes em 1980, já em 1991 a situação se inverteu revelando uma maior proporção de migrantes na área rural. As mulheres são maioria no conjunto de pessoas não-naturais do Distrito Federal (53,60%). No meio rural a proporção de homens supera a de mulheres, enquanto que o urbano dita o padrão do total.

**Tabela 13**  
**Proporção de pessoas não-naturais do município,**  
**segundo a situação do domicílio atual - 1980/1991**

Situação do domicílio atual	Proporção de pessoas não-naturais (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>68,30</b>	<b>58,66</b>
Urbana	68,50	58,35
Rural	62,33	64,15

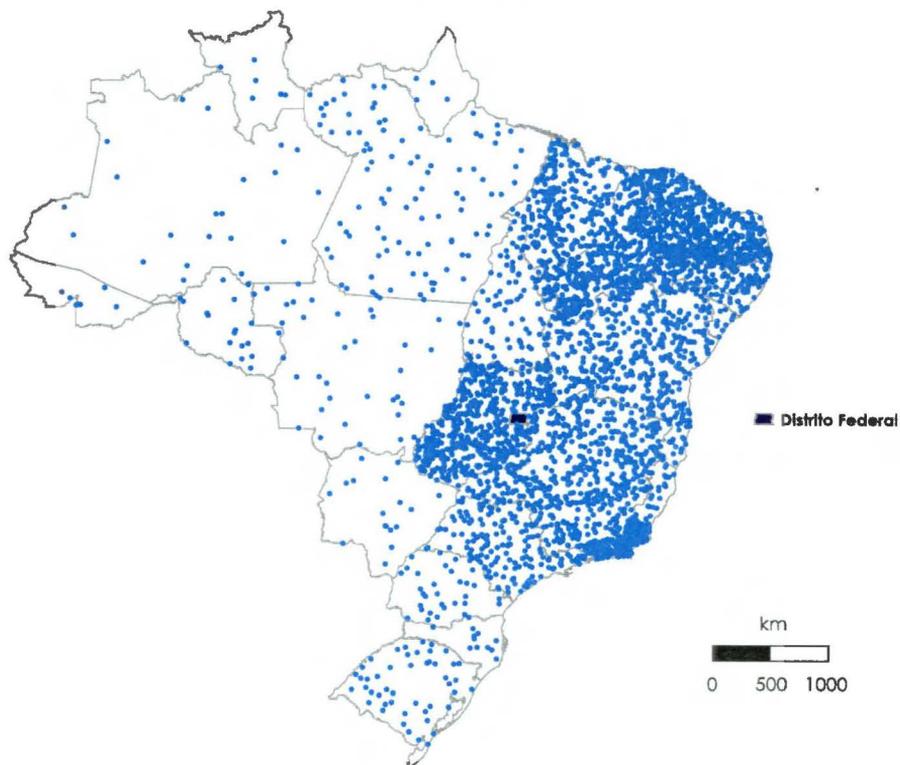
Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os imigrantes interestaduais, que correspondem aos brasileiros natos residentes no Distrito Federal e nascidos em outras Unidades da Federação, foram contabilizados, em 1991, como de maior procedência, vindos dos Estados do Minas Gerais, Goiás e Piauí. Nesse conjunto, as mulheres imigrantes predominam no fluxo das mineiras.

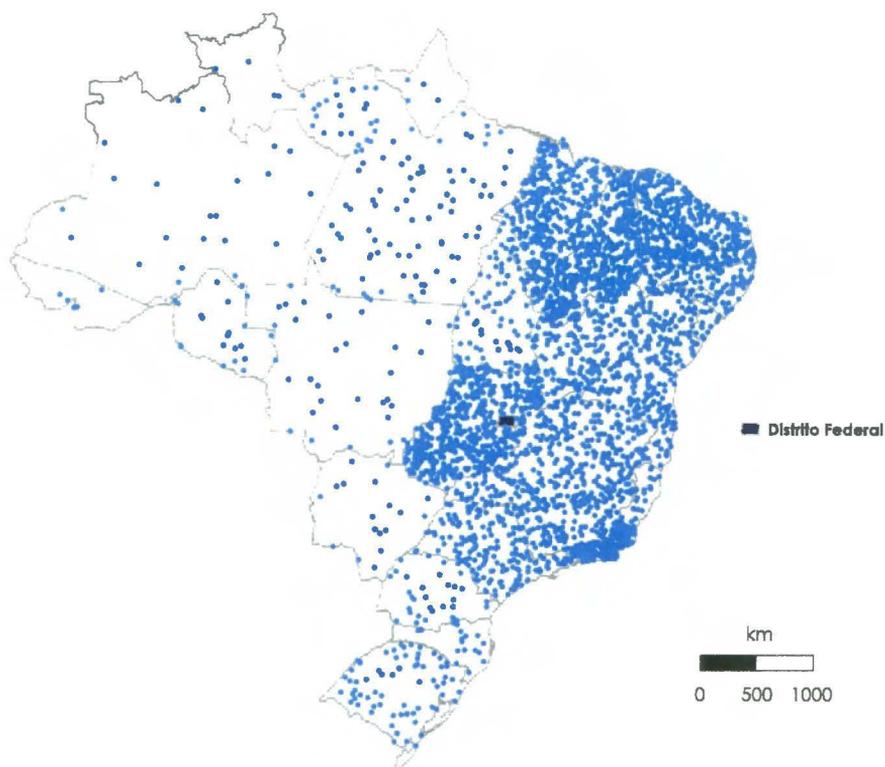
Do conjunto de pessoas não-naturais do Distrito Federal que migraram a menos de 10 anos correspondiam em 1991 a 36,34%.

Os mapas a seguir mostram a proporção de migrantes interestaduais, nos 5 anos anteriores ao Censo Demográfico 1991 e à Contagem Populacional 1996, identificados pela Unidade da Federação de origem. Os resultados mostram que os fluxos migratórios mantiveram basicamente a mesma tendência nos dois censos.

### **Pessoas residentes no Distrito Federal há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1991**



### Pessoas residentes no Distrito Federal há menos de 5 anos, segundo o estado de origem - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Características sociais e econômicas

### Raça ou cor

A última investigação do quesito sobre raça ou cor nos censos é proveniente do Censo Demográfico 1991, onde foram consideradas cinco categorias para que o entrevistado pudesse se classificar quanto a sua raça ou cor: branca, preta, parda, amarela e indígena. Para a cor parda incluiu-se a pessoa que se declarou mulata, mestiça, cabocla, mameluca, etc. Já a cor amarela aplicou-se à pessoa de origem oriental e seus descendentes. Não foi considerada nesta categoria a pessoa que tinha a pele amarelada, por sofrer de moléstias, tais como: impaludismo, malária, amarelão, etc.

As pessoas do Distrito Federal classificaram-se, em sua maioria, segundo o Censo Demográfico 1991, como sendo de cor parda (49,61%). Este contingente, em 1980, representava 43,31%. Enquanto o percentual das pessoas pardas crescia, declinava o das pessoas que se declaravam como sendo de cor branca, passando de 53,14%, em 1980, para 47,05%, em 1991. A proporção de pessoas de cor preta declinou em 8,15%, no período 1980-1991. As pessoas de cor amarela, ainda são consideradas minoria no Distrito Federal.

No Censo Demográfico 1991, pesquisou-se a população indígena de forma distinta da de 1980, isto é, em separado das pessoas de cor parda. Pode-se quantificar esta proporção em 0,08% do total. Cabe assinalar que a investigação da população indígena se aplicou não só aos que viviam em aldeamento, como também aos indígenas e seus descendentes que viviam fora de aldeamento. Esta distinção percebe-se quando é analisado o diferencial segundo a situação do domicílio, pois do total dos índios residindo no Distrito Federal, 97,85% habitavam a área urbana.

**Tabela 14**  
**Proporção da população residente, por situação do domicílio, segundo a raça ou cor - 1980/1991**

Raça ou cor	Situação do domicílio (%)					
	Total		Urbana		Rural	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Branca	53,14	47,05	53,62	47,77	38,57	34,27
Preta	3,19	2,93	3,15	2,94	4,53	2,84
Amarela	0,36	0,32	0,31	0,29	2,07	0,95
Parda	43,31	49,61	42,93	48,92	54,83	61,91
Indígena	-	0,08	-	0,09	-	0,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Dentro das características sociais e econômicas, foi selecionado o diferencial existente entre a raça ou cor com a proporção de anos estudos praticados por essa população de 5 anos ou mais de idade e o setor econômico de atividade das pessoas de 10 anos ou mais, objetivando qualificá-las no contexto social. Independentemente da raça ou cor das pessoas, ainda não se alcançou percentuais adequados para o volume de pessoas com escolaridade equivalente ao primeiro grau. Entre as pessoas de cor preta ou parda mais de 50,00% não ultrapassam a metade do primeiro grau e as pessoas de cor branca caracterizam-se no mesmo quadro, revelando uma ligeira vantagem. Quanto ao setor econômico de atividade, as pessoas de cor preta ou parda concentram-se nas atividades de prestação de serviços, com proporções acima de 30,00%, enquanto que as de cor branca representam 25,82% nessa mesma atividade.

**Tabela 15**  
**Proporção da população residente, por raça ou cor,**  
**segundo as classes de anos de estudo - 1991**

Classes de anos de estudo	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	12,88	19,32	17,65
1 a 3 anos	15,62	20,38	21,14
4 anos	11,07	14,53	14,21
5 a 7 anos	13,85	14,99	17,56
8 anos	8,66	8,71	9,11
9 a 11 anos	21,65	16,68	15,63
12 anos ou mais	16,10	4,94	4,42
Não determinados	0,18	0,44	0,29

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

**Tabela 16**  
**Proporção da população ocupada de 10 anos ou mais, por raça ou cor, segundo o setor econômico de atividade - 1991**

Setor econômico de atividade	Raça ou cor (%)		
	Branca	Preta	Parda
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Agropecuária, extração vegetal e pesca	1,65	2,33	2,70
Indústria de transformação	4,71	5,12	5,76
Ind. da construção civil	4,43	9,71	8,73
Outras atividades industriais	1,93	1,68	2,00
Comércio de mercadorias	14,75	8,03	14,18
Transporte e comunicação	5,02	4,07	5,57
Prestação de serviços (1)	25,82	40,19	34,61
Social	16,00	10,96	11,04
Administração pública	19,24	14,70	12,37
Outras atividades	6,43	3,21	3,05

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.

## Religião

No Distrito Federal predomina largamente o catolicismo (78,39%), percentual abaixo do Censo Demográfico 1980 que era 84,60%. O segundo maior percentual corresponde às pessoas evangélicas (10,18%), que em 1980 representavam 7,61%. Os que não praticavam nenhuma religião correspondiam a 6,27%. Os demais tipos tiveram percentuais insignificantes. Cabe assinalar que as informações são provenientes da declaração do informante sobre a seita, culto ou ramo da religião professada.

O Censo Demográfico 1991 adotou uma nova classificação para os diversos tipos de religião e procurou-se compatibilizá-las com os censos anteriores.

**Tabela 17**  
**Proporção da população residente, por sexo,**  
**segundo a religião - 1980/1991**

Religião	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Cristã tradicional	84,60	78,39	84,77	78,45	84,45	78,33
Cristã reformada	7,61	10,18	6,96	9,14	8,22	11,14
Mediúnica	3,11	3,52	2,93	3,20	3,28	3,82
Judaica ou Israelita	0,05	0,02	0,05	0,03	0,05	0,02
Oriental	0,43	0,41	0,39	0,36	0,47	0,46
Outras (1)	1,35	1,21	1,33	1,12	1,37	1,29
Sem religião	2,85	6,27	3,58	7,71	2,16	4,95

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive Neocristã.

Os tipos de religião foram constituídos da seguinte forma:

- Cristã Tradicional

Católica Apostólica Romana - 77,93%

Católica Apostólica Brasileira - 0,43%

Católica Apostólica Ortodoxa - 0,03%

- Cristã Reformada

Evangélica Tradicional - 3,50%

Evangélica Pentecostal - 6,32%

- Neocristã

Mormon - 0,17%

Testemunha de Jeová - 0,53%

Outra - 0,24%

- Mediúnica
  - Espírita – 2,82%
  - Umbandista - 0,55%
  - Candomblé - 0,15%
  
- Judaica ou Israelita
  
- Oriental
  - Budismo - 0,18%
  - Messiânica - 0,15%
  - Outra - 0,08%
  
- Outra
  
- Sem religião
  
- Não determinada, Maldefinida e Sem declaração.

## Deficiência física ou mental

As estatísticas acerca da população brasileira com algum tipo de deficiência física ou mental, até então, eram descontínuas e insuficientes. O Censo Demográfico 1991 preencheu esta lacuna com a investigação do número de deficientes nos diversos estados e municípios brasileiros. Vale ressaltar, para efeito de comparação, que o Censo Demográfico 1991 pesquisou somente dados sobre deficiências graves, por exemplo: os cegos, os surdos ou mudos. Muitos países pesquisam desta forma, para não sobrecarregar o questionário do censo. Porém, o critério sugerido pelas Nações Unidas, no documento *Princípios e Recomendações para os Censos de População e Habitação*, é mais abrangente, porque amplia o grupo de pessoas com incapacidade, por exemplo: as pessoas com dificuldades de visão (dos quais os cegos

formam um subgrupo) ou as pessoas com dificuldade de audição (dos quais os surdos formam um subgrupo).

Como deficientes mentais, foram consideradas as pessoas com retardamento mental resultante de lesão ou síndrome irreversível, que se manifesta durante a infância e se caracteriza por grande dificuldade de aprendizagem e adaptação social. Não foram consideradas como tais, as pessoas que apresentam perturbação ou doença mental do tipo neuróticos, psicóticos, esquizofrênicos, vulgarmente denominados loucos ou malucos.

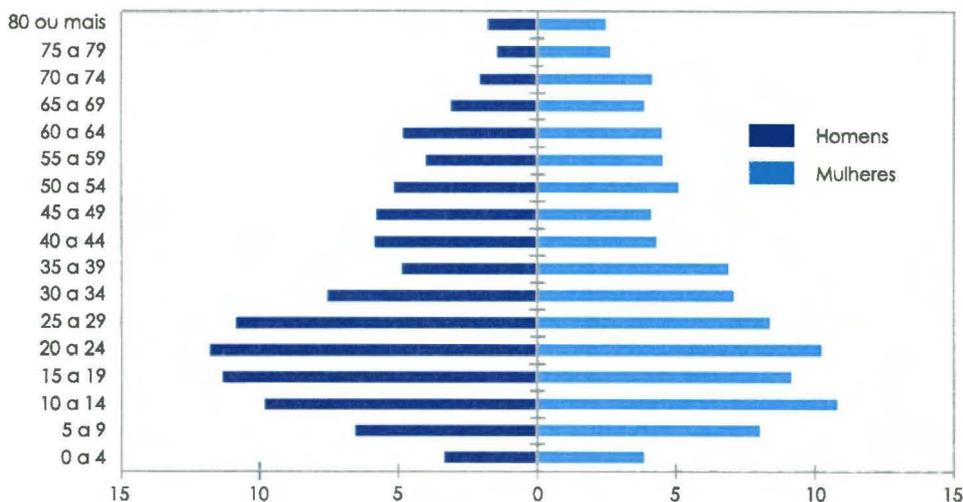
No Distrito Federal existem aproximadamente 13 814 deficientes físicos ou mentais, logo a proporção de pessoas com algum tipo de deficiência é pequena, atingindo a 0,86%. Sendo relevante o percentual das pessoas que não enumeraram nenhum dos tipos de deficiências investigadas, 99,14%. A proporção de pessoas do sexo masculino com algum tipo de deficiência correspondeu a 1,07%, enquanto que para o sexo feminino ficou em 0,68%. O excedente de deficientes do sexo masculino em relação ao feminino correspondeu a 2567 pessoas.

Do total de deficientes do Distrito Federal, 52,45% eram deficientes físicos e 42,16% se declararam deficientes mentais, sendo que 5,39% revelaram ter mais de um tipo de deficiência. Apesar dos tipos de doenças mentais anteriormente mencionados não serem consideradas, acredita-se que foram incorretamente incluídas, devido ao alto percentual apresentado por este tipo de deficiência.

O padrão da estrutura etária da população deficiente se caracteriza por uma pequena proporção no grupo de jovens (0 a 14 anos), significando um número reduzido de nascimentos com deficiência. O aumento gradativo nas diversas faixas etárias demonstra a relação existente com doenças e acidentes posteriormente ao nascimento, caracterizando deficiência adquirida. Já a proporção de pessoas acima de 65 anos de idade alcança

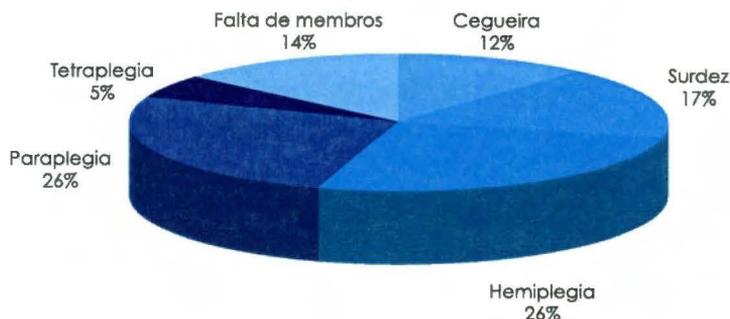
aproximadamente 10,28% do total de deficientes. Como a mortalidade masculina nesta faixa é maior, existindo a sobrevida feminina, a proporção de mulheres deficientes, em muitos casos por doença, é mais elevada.

**Composição, por sexo e idade das pessoas com algum tipo de deficiência física ou mental - 1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

**Proporção de pessoas com algum tipo de deficiência física, por tipo de deficiência - 1991**



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, microdados.

## Nível de escolaridade

As taxas de analfabetismo no Distrito Federal vêm decrescendo nas últimas décadas. Para efeito de comparação com as informações da Contagem da População 1996, foi calculado para o Censo Demográfico 1991, o analfabetismo funcional, que é definido operacionalmente como o não-domínio de habilidades em leitura, escrita, cálculos e ciências, em correspondência a uma escolaridade fundamental de 4 séries completas, ou do antigo ensino primário. A taxa de analfabetismo funcional calculada para 1996 foi 16,17%, inferior a de 1991 que era de 21,60%.

O nível educacional da população do Distrito Federal continua em ascensão, entretanto ainda não pode ser considerado o ideal. A taxa de escolarização, que consiste na proporção de pessoas que freqüentam escola, apresenta proporções expressivas, porém o contingente de crianças fora da escola ainda é elevado. A cobertura do sistema educacional no Distrito Federal vem se expandindo e retendo os jovens por mais tempo na escola.

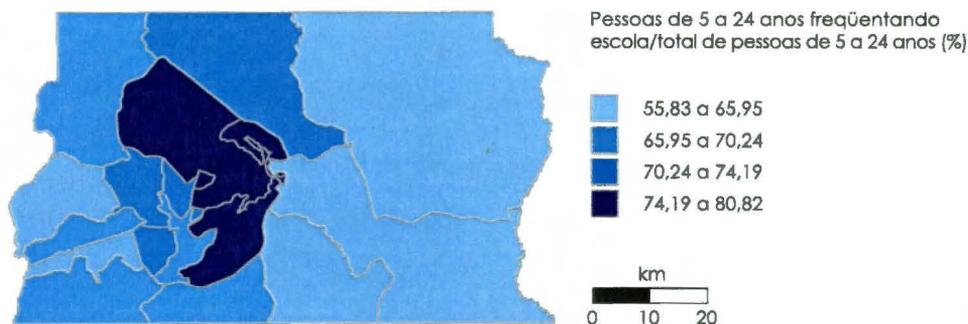
**Tabela 18**  
**Taxas de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos,**  
**segundo os grupos de idade - 1991/1996**

Grupos de idade	Taxas de escolarização (%)					
	1991			1996		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
<b>Total</b>	<b>62,89</b>	<b>62,38</b>	<b>63,37</b>	<b>69,68</b>	<b>70,19</b>	<b>69,19</b>
5 a 9 anos	72,94	71,59	74,33	87,34	87,16	87,53
10 a 14 anos	93,37	93,45	93,30	96,28	96,60	95,97
15 a 19 anos	62,41	61,24	63,40	70,10	70,38	69,85
20 a 24 anos	21,79	20,06	23,36	27,58	26,85	28,24

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1991, Contagem da População 1996, microdados.

No período 1991-1996, observa-se um aumento nas taxas de escolarização dos grupos etários infanto-juvenis (5 a 24 anos), que em princípio constituem, na sociedade, a população escolarizável ideal.

### Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 24 anos - 1996



Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Contagem da População 1996, microdados; Malha municipal digital do Brasil [CD-ROM]: situação em 1991 e 1994. Rio de Janeiro: IBGE, 1996.

## Família

Para melhor entendimento da organização socioeconômica da família é necessário conhecer informações acerca da sua estrutura, da composição, do tamanho, do tipo e de algumas características econômicas do grupo familiar. O texto se restringe a fornecer uma visão geral dessas características, enfatizando a situação do responsável ou chefe da unidade familiar. Considerou-se como *Família*, nos Censos Demográficos, as pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência que moravam no mesmo domicílio; a pessoa sozinha que morava em Domicílio Particular; e ao conjunto de, no máximo, 5 pessoas que moravam em um Domicílio Particular, embora não estivessem ligadas por laço de parentesco e/ou dependência doméstica.

O comportamento do tamanho da família, nos últimos anos vem sendo ditado pelo diferencial da fecundidade na situação domiciliar. A redução do número médio de pessoas por família está diretamente correlacionado ao crescente processo de urbanização, como também às modificações na dinâmica demográfico-social da unidade familiar.

**Tabela 19**  
**Número médio de pessoas por família,**  
**segundo a situação do domicílio - 1980/1991**

Situação do domicílio	Número médio	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>4,33</b>	<b>3,88</b>
Urbana	4,31	3,87
Rural	4,73	4,04

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Os grupos familiares constituídos por uma única pessoa e aqueles formados por chefe, cônjuge e filhos, vem mantendo a supremacia ao longo dos censos. Entretanto, houve redução na proporção de famílias únicas e aumento na proporção de famílias conviventes no período de 1980 a 1991, o que pode ser um indicador de que estaria havendo indícios de mudanças nos padrões de convivência domiciliar, isto é, por dificuldades de moradia, estaria crescendo a tendência de coabitação.

Vale a pena ressaltar o aumento da representatividade das mulheres no papel de chefe de família, e da queda no percentual de chefes do sexo masculino no período 1980-1991 no Distrito Federal.

**Tabela 20**  
**Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo o sexo do chefe da família - 1980/1991**

Sexo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Homens	81,82	74,13
Mulheres	18,18	25,87

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

O enfoque do grau de escolaridade dos chefes de família, pode ser analisado através das informações dos anos de estudo. Percebe-se ligeira melhoria no grau de escolaridade dos responsáveis pelo grupo familiar, com redução na proporção de chefes sem instrução e, em contrapartida, aumento na proporção de chefes escolarizados (com 5 anos ou mais de anos de estudo).

**Tabela 21**  
**Proporção de famílias residentes em domicílios particulares permanentes, segundo as classes de anos de estudo do chefe da família - 1980/1991**

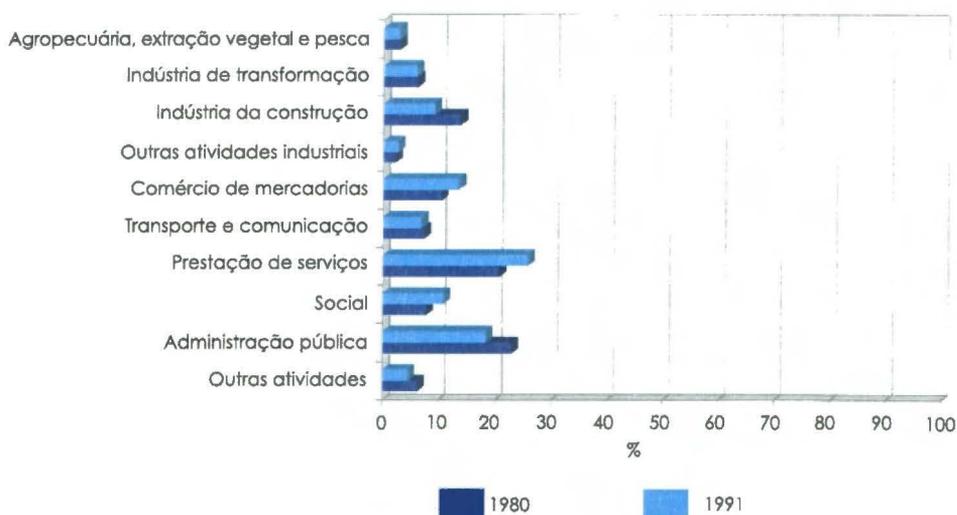
Classes de anos de estudo do chefe	Proporção de famílias (%)	
	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Sem instrução e menos de 1 ano	13,91	10,98
1 a 3 anos	16,97	11,72
4 anos	21,87	16,00
5 a 8 anos	18,11	21,85
9 a 11 anos	13,29	22,08
12 anos ou mais	15,59	17,26
Sem declaração	0,25	0,11

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

Quanto a análise da distribuição das famílias, segundo a classificação dos chefes por setor de atividade diretamente envolvido, ressalta-se a predominância da prestação de serviços, que foi o responsável pela absorção da maior parte da PEA, seguido da administração pública.

### Proporção de famílias, segundo o setor econômico de atividade do chefe - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censos Demográficos 1980-1991, microdados.

## Domicílio

O levantamento das características dos domicílios, através dos Censos Demográficos, permite o conhecimento de componentes essenciais e indispensáveis para mensuração da qualidade de vida da população. A influência que alguns fatores exercem sobre as formas mais dignas de sobrevivência podem ser analisadas pelas condições de moradia e, principalmente, pelo acesso aos serviços de infra-estrutura do saneamento básico. As características estruturais dos domicílios são, tradicionalmente, investigadas somente para aqueles definidos como particulares permanentes.

A relação entre o total da população residente e o total de domicílios particulares permanentes representa o número médio de pessoas moradoras em uma unidade domiciliar.

**Tabela 22**  
**Densidade domiciliar,**  
**segundo a situação do domicílio - 1980/1996**

Situação do domicílio	Densidade domiciliar		
	1980	1991	1996
<b>Total</b>	<b>4,58</b>	<b>4,20</b>	<b>3,93</b>
Urbana	4,57	4,19	3,93
Rural	4,99	4,34	4,03

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, Contagem da População 1996, microdados.

No Distrito Federal, a densidade domiciliar apresentou um declínio de 6,43% no último período censitário, passando de 4,20 em 1991 para 3,93 em 1996. Este comportamento persistiu tanto na área urbana com uma redução de 6,21% quanto na área rural com 7,14%.

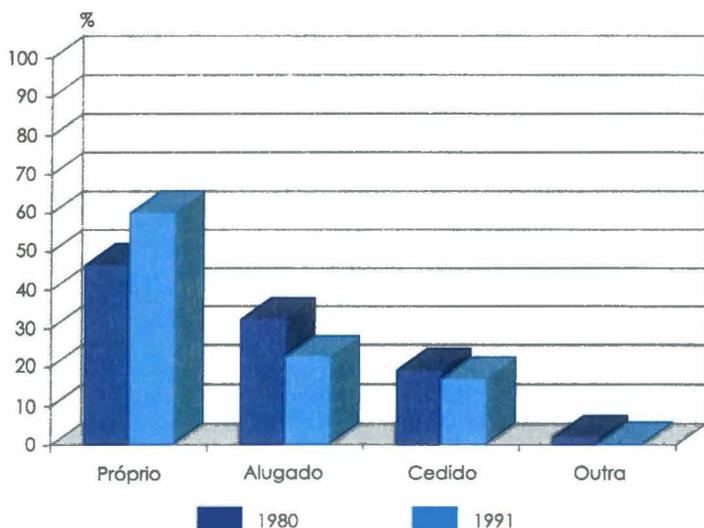
Os domicílios particulares permanentes foram classificados como duráveis, quando em sua construção predominavam paredes de alvenaria, de taipa revestida, ou de madeira aparelhada, com cobertura de laje de concreto, telha de barro, telha de amianto, ou de madeira aparelhada. Para os domicílios rústicos deveria haver a predominância de outros tipos de materiais, de durabilidade transitória, tanto na parede quanto na cobertura das residências, tais como taipa não revestida, zinco, palha, material reaproveitado, etc. Nos dois últimos levantamentos censitários vem se observando um aumento das unidades duráveis.

Um sistema conveniente de distribuição de água potável, para consumo humano, é de vital importância para a saúde da população. Nos levantamentos censitários o abastecimento de água sempre foi classificado de acordo com a fonte fornecedora e a existência ou não de distribuição interna no domicílio.

O Censo Demográfico 1991 revelou que, do total de domicílios particulares permanentes investigados, 89,16% estavam ligados à rede geral de distribuição de água e, destes, 86,70% possuem canalização que levava ao interior de pelo menos um dos cômodos da residência, sendo que, 13,30% aquelas que não contavam com pontos de água dentro da moradia.

A proporção de domicílios próprios no Distrito Federal verificada no último censo em relação a 1980, revelou que houve um crescimento de 29,24% nesta condição de ocupação. Este

**Proporção de domicílios particulares permanentes, segundo a condição de ocupação - 1980/1991**



fato pode ser explicado pela queda na proporção dos domicílios alugados, da ordem de 30,15%. Percebe-se que um segmento populacional optou pela construção da própria moradia, sendo que 58,42% era detentora do domínio pleno do terreno.

Embora o sistema de coleta de lixo não tenha sido investigado no Censo Demográfico 1980, esta informação foi amplamente pesquisada pelas pesquisas domiciliares da década passada. No Censo Demográfico 1991 ficou evidenciado que, o controle da coleta do lixo domiciliar no Distrito Federal atingiu 94,59% das moradias, sendo que destas 93,67% tiveram recolhimento diretamente por serviços ou empresas públicas e particulares.

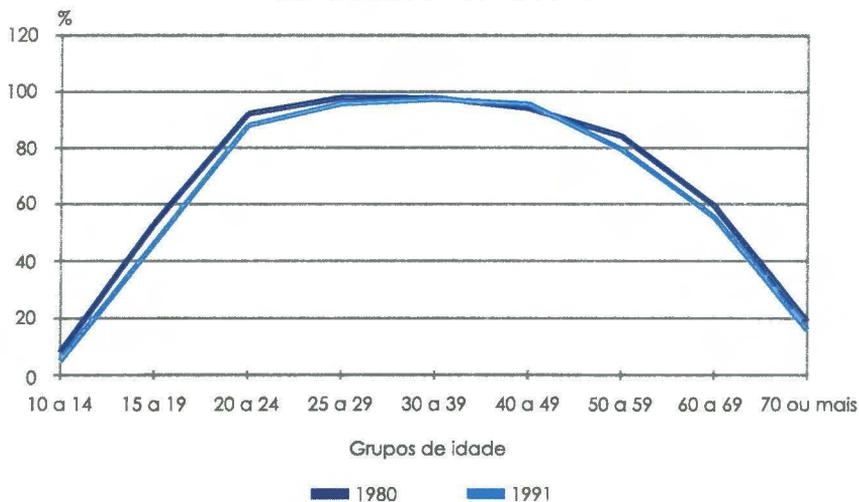
## **Características econômicas**

Conforme os resultados do Censo Demográfico 1991, a população economicamente ativa representava 56,33% das pessoas de 10 anos ou mais de idade, sendo que 70,22% eram homens e 43,91%, mulheres. Com respeito à evolução das desigualdades por sexo, conforme o tipo de trabalho, as informações do Censo Demográfico 1980 e Censo Demográfico 1991 permitem detectar avanços.

Os indicadores de atividades econômicas das pessoas de 10 anos ou mais de idade revelados pelo Censo Demográfico 1991, para o Distrito Federal confirmam um fenômeno mundial, que consiste na expansão do número de mulheres que trabalham em atividades remuneradas. Cabe ressaltar que este fenômeno atingiu todas as faixas etárias acima de 15 anos.

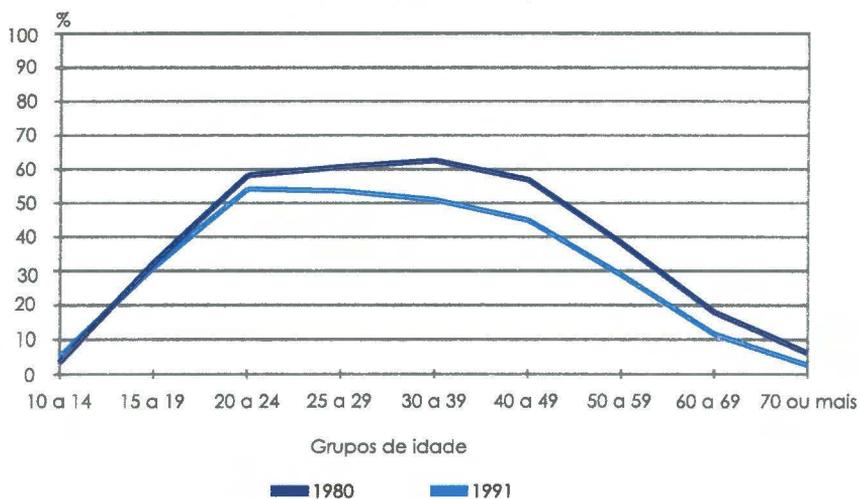
A concentração da taxa de participação específica por sexo nos grupos de idade vão desde 20 até 49 anos, implicando em aumentos na participação das mulheres.

### Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade dos homens - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

### Taxas específicas de atividade, segundo os grupos de idade das mulheres - 1980/1991



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Dos setores de atividade, os que mais absorveram mão-de-obra foram a prestação de serviços, seguido da administração pública. O comportamento masculino dita o total da população, e quanto a absorção de mão de obra feminina, destaca-se a prestação de serviços e as atividades sociais, que juntas absorvem 60,98% das mulheres no mercado de trabalho.

**Tabela 23**  
**Distribuição percentual da população economicamente ativa,**  
**segundo o setor econômico de atividade - 1980/1991**

Setor econômico de atividade	Sexo (%)					
	Total		Homens		Mulheres	
	1980	1991	1980	1991	1980	1991
<b>Total</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>	<b>100,00</b>
Agropecuária, extração vegetal e pesca	2,30	2,19	3,29	3,39	0,54	0,47
Indústria de transformação	5,17	5,17	6,89	6,88	2,10	2,73
Indústria da construção civil	9,67	6,74	14,70	10,61	0,71	1,20
Outras atividades industriais	1,58	1,97	2,12	2,60	0,61	1,08
Comércio de mercadorias	11,14	13,89	12,34	15,01	9,00	12,28
Transporte e comunicação	5,68	5,19	7,59	7,42	2,28	1,99
Prestação de serviços (1)	27,01	29,96	17,87	22,92	43,32	40,03
Social	10,60	13,05	6,14	7,52	18,55	20,95
Administração pública	18,61	15,43	20,62	17,37	15,02	12,65
Outras atividades	5,89	4,56	6,54	4,74	4,72	4,29
Nenhum	2,35	1,87	1,89	1,54	3,16	2,34

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Censo Demográfico 1980-1991, microdados.

Nota: As diferenças entre soma de parcelas e respectivos totais são provenientes do critério de arredondamento.

(1) Inclusive os serviços auxiliares da atividade econômica.